

GUIA PRÁTICO

SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático -Subsídio para Assistência a Filho
(3015 – v1.05)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

PAGINAÇÃO

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Janeiro 2011

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quem tem direito?	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	5
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	6
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?.....	7
D2 – Como posso receber?	8
D3 – Quais as minhas obrigações?	9
D4 – Por que razões termina?	9
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	10
E2 – Glossário	10
Perguntas Frequentes	10

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.
--

A – O que é?

É um apoio em dinheiro dado às pessoas que têm que faltar ao trabalho para prestar assistência aos filhos (biológicos, adoptados ou do seu cônjuge), em caso de doença ou acidente.

Aplica-se a filhos menores ou maiores. Sendo maiores têm que fazer parte do agregado familiar do beneficiário.

Aplica-se também aos filhos que, independentemente da idade, sejam deficientes ou doentes crónicos.

Para assistência na doença ou acidente a filhos menores de 12 anos, ou sem limite de idade, em caso de filho com deficiência ou doença crónica:

- Os progenitores têm direito a faltar ao trabalho 30 dias por ano civil, seguidos ou interpolados, ou durante todo o período de eventual hospitalização, tendo direito ao correspondente subsídio da segurança social durante esses dias de faltas.

Para assistência na doença ou acidente a filhos maiores de 12 anos:

- Os progenitores têm direito a um período máximo de 15 dias de faltas ao trabalho, seguidos ou não, em cada ano civil, tendo direito ao correspondente subsídio da segurança social durante esses dias de faltas.

Nota: Aos períodos de faltas referidos acresce um dia por cada filho além do primeiro, com direito ao correspondente subsídio da segurança social.

B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito a este subsídio

Quem não tem direito a este subsídio

Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio

Qual é o prazo de garantia

Quem tem direito a este subsídio

- Trabalhadores por conta de outrem (a contrato) a descontarem para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico
- Beneficiários do Seguro Social Voluntário que:
 - Trabalhem em navios de empresas estrangeiras ou
 - Sejam bolseiros de investigação.
- Quem estiver a receber Pensão de Invalidez Relativa, Pensão de Velhice ou Pensão de Sobrevivência e a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Trabalhadores em situação de pré-reforma, desde que exerçam actividade enquadrada no regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem ou no regime do seguro

social voluntário, desde que, neste último caso, o respectivo esquema de protecção social integre a eventualidade.

Quem não tem direito a este subsídio

- As pessoas em situação de pré-reforma que não trabalhem (suspensão total de actividade).
- Trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual)
- Quem estiver a receber Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego.
- Os pensionistas de invalidez, velhice ou sobrevivência que não trabalhem nem descontem para a segurança social.

Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio

1. A criança ou jovem que beneficia da assistência:
 - Faz parte do agregado familiar do beneficiário, se for maior de idade.
2. O beneficiário:
 - Pediu o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar do dia em que deixou de trabalhar para prestar assistência ao filho;
 - Cumpre o prazo de garantia;
 - O outro progenitor trabalha e não pediu o subsídio pelo mesmo motivo ou está impossibilitado de prestar a assistência;
 - Tem os pagamentos de contribuições para a Segurança Social em dia até ao fim do mês anterior ao mês em que deixa de trabalhar devido à falta para assistência a filho se estiver abrangido pelo Seguro Social Voluntário, sendo indeferido o subsídio se a situação contributiva não estiver regularizada.

Qual é o prazo de garantia?

Para ter direito ao subsídio para assistência a filhos, no dia em que deixa de trabalhar tem de ter trabalhado e descontado durante **seis meses (seguidos ou não)** para a Segurança Social ou outro sistema de protecção social que assegura um subsídio nestes casos.

Para completar este prazo de 6 meses é contado, se for necessário, o mês em que inicia a licença desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Nota: Nas situações em que os meses de descontos não são seguidos, não pode haver um período igual ou superior a 6 meses sem descontos. Caso ocorra um período igual ou superior a 6 meses sem descontos, o beneficiário tem que cumprir novo prazo de garantia que começa a contar-se a partir do mês em que há novo registo de remunerações.

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com...

Pode acumular com...

Não pode acumular com:

- Rendimentos de trabalho
- Subsídio de desemprego
- Subsídio de doença
- Prestações concedidas no âmbito do subsistema de solidariedade, excepto rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

Pode acumular com:

- Rendimento social de inserção
- Pensão de sobrevivência (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional
- Pensão de invalidez relativa (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de velhice (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários

Documentos necessários

Onde se pede?

Até quando se pode pedir?

Formulários

RP 5052 – Requerimento do subsídio por assistência a filhos.

Nota: Nas situações de Assistência a Filho não é necessário apresentar o requerimento, se a Certificação Médica for emitida pelos serviços competentes do Serviço Nacional de Saúde (centros de saúde ou hospitais) através de formulário próprio (CIT).

NOTA: Não são considerados serviços competentes para este efeito os serviços de urgência.

Documentos necessários

- Certificação médica ou declaração hospitalar comprovativa da doença do filho, com a identificação do filho e do progenitor que presta a assistência, bem como a data do início e fim do período do impedimento para o trabalho.
- Certificação médica da deficiência quando o filho tem 12 ou mais anos de idade, sendo dispensada se estiver a ser atribuída uma prestação por deficiência.
- Certificação médica da doença crónica quando o filho tem 12 ou mais anos de idade, sendo apenas exigível aquando da apresentação do primeiro requerimento.

- Documento da instituição bancária comprovativo do NIB, no caso de pretender que o pagamento seja efectuado por depósito em conta bancária e ainda não ter aderido a esta modalidade de pagamento.

Onde se pede?

- Segurança Social Directa (pode preencher o formulário e entregar a documentação digitalizada)
<https://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta/>
- Serviços de atendimento da Segurança Social,
- Por correio, para o centro distrital de segurança social da área da residência do beneficiário

Até quando se pode pedir?

No prazo de 6 meses a contar do dia em que faltou ao trabalho para prestar assistência ao filho.

ATENÇÃO:

Os beneficiários devem ter a morada actualizada. Para o efeito devem utilizar:

- Preferencialmente, o Serviço Segurança Social Directa, em www.seg-social.pt;
- **Ou** o formulário, Mod. MG 02-DGSS, o qual pode ser obtido nos serviços de atendimento da Segurança Social ou na Internet em www.seg-social.pt na opção Formulários.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quanto se recebe?

65% da *remuneração de referência*.

Nas situações em que a remuneração de referência é muito baixa, a lei estabelece um limite mínimo de € 11,18 por dia (igual a 80% de 1/30 do IAS).

O que é a remuneração de referência?

É a média de todas as remunerações declaradas à Segurança social pela entidade empregadora nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do 2º mês anterior àquele em que começa o impedimento para o trabalho).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto.

No caso de não ter 6 meses de descontos na Segurança Social e o direito ao subsídio ser reconhecido por terem sido considerados períodos de descontos noutros regimes obrigatórios de Segurança Social, nacionais ou estrangeiros, é feita a média das remunerações declaradas à

Segurança Social no período anterior ao impedimento e até ao início do mês em que o mesmo ocorreu. É então efectuado o seguinte cálculo:

A remuneração de referência é igual ao total das remunerações registadas até ao início do mês em que ocorreu o evento a dividir por 30 vezes o número de meses com remunerações registadas (com descontos), ou seja: $RR = R / (30 \times n)$

Para o cálculo também contam os subsídios de férias e de Natal declarados nesse período.

Durante quanto tempo se recebe?

Até **30 dias** em cada ano (de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro) para filhos (biológico, adoptado ou do cônjuge), mais 1 dia por cada filho, para além do primeiro.

Exemplo: Um pai e uma mãe que sejam trabalhadores por conta de outrem ou beneficiários do seguro social voluntário com protecção nesta eventualidade e que tenham dois filhos com 5 e 10 anos têm direito, cada um, a 31 dias por ano para prestar assistência aos dois filhos.

Em caso de hospitalização

Se a criança tiver menos de 12 anos ou, independentemente da idade, se for deficiente ou tiver uma doença crónica, o subsídio é concedido durante todo o período de hospitalização.

Este direito não pode ser usado simultaneamente pelo pai e pela mãe.

A partir de quando se tem direito a receber?

A partir do primeiro dia em que não trabalha para prestar assistência ao filho e não é pago.

D2 – Como posso receber?

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

Nota Importante: A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

O cheque não à ordem:

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
 - Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
 - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”
 - Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
 - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
 - Indique o seu **NIB**
- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em www.seg-social.pt, “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clicar** em “Ver” (link directo em http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) .
 1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
 - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
 - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
 - Fotocópia de um cheque em branco.
 2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
 3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em www.seg-social.pt/atendimentos, consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público.
- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

D3 – Quais as minhas obrigações?

Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à cessação do subsídio.

D4 – Por que razões termina?

Este subsídio termina definitivamente se...

- Deixar de faltar ao trabalho para dar assistência ao descendente.
- Houver fraude.
- O beneficiário trabalhar enquanto estiver a receber o subsídio.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Portaria n.º 458/2009, de 30 de Abril

Aprova os novos modelos de requerimento.

Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril

Protecção na parentalidade.

Portaria n.º 1514/2008 de 24 de Dezembro

Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro

Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regras da sua actualização e das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

E2 – Glossário

Doença crónica

Doença de longa duração que afecta vários aspectos da vida da criança. Os sintomas evoluem gradualmente e podem tornar-se incapacitantes. As possibilidades de tratamento médico são limitadas.

Prazo de garantia

É o tempo durante o qual o beneficiário tem de ter trabalhado e descontado para a Segurança Social (ou para outro sistema de segurança social obrigatório) para ter direito a um dado benefício.

Remuneração de referência

É o valor que é usado para calcular o valor do subsídio.

Neste caso, é a média de todas as remunerações declaradas pela entidade empregadora à Segurança Social nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do mês anterior àquele em que começa a licença para assistência na doença a descendentes menores ou deficientes).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto (R/180).

Perguntas Frequentes

1. Durante o período em que estou a receber subsídio para assistência na doença a descendentes menores ou deficientes há “registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições”?

Sim. Os dias em que está a receber subsídio para assistência na doença a descendentes menores ou deficientes também contam como dias em que descontou para a Segurança Social.

Durante esse período, assume-se que os seus rendimentos são iguais ao valor da remuneração de referência.

2. Os valores que recebo da Segurança Social a título de subsídio de assistência a filhos devem ser declarados para efeitos de IRS?

Não, não necessita de declarar, para efeito de IRS, os valores recebidos de subsídio de assistência a filhos.